

negocios.pt

Quarta-feira, 4 de Maio de 2016. Diário - Ano XV - N.º 3244 - € 1,90
Diretor: Rui Vaz. Subdiretores: André Ventura - Celso Vilça



**BRUXELAS DISCORDA DO GOVERNO.
EFEITOS CHEGAM A 18 DE MAIO**

PRIMEIRA LINHA 4 e 7

SUBVENÇÕES A POLÍTICOS
Juizes da Relação contra
o Tribunal Constitucional
ECONOMIA 8 e 9



Entrada do Estado no Banif foi “um péssimo negócio”



Ricardo Mourinho Félix diz que o banco era “péssimo” quando foi capitalizado em 2013. O governante vai hoje ao Parlamento explicar a venda ao Santander.

EMPRESAS 14, 15 e EDITORIAL

Lex

JOÃO LUÍS ARAÚJO
ASSOCIADO DA TELLES

“A evasão
fiscal
é cada
vez menos
rentável”



João Luís Araújo
diz que as muitas
dissociações
e os riscos
reputacionais estão
a ditar mudanças
de comportamento.

SUPLEMENTO

Aforradores esgotam novo produto do Estado

Saiba como
funcionam
os novos
títulos
de dívida

MERCADOS 22 e 23



Combustíveis

Gasolina tem mais
margem para descer

MERCADOS 24

URBAN
SPACE
Lisboa

T2 e T3
www.urbanspacelisboa.com

BAKER TILLY
Audit | Tax | Advisory

Defina Padrões
de Excelência
E lance-nos o desafio
de construir
o futuro consigo.

www.bakertilly.com.pt

Lex

€ DIREITO PENAL
QUANDO A ORIGEM DO DINHEIRO
LEVANTA SUSPEITAS

€ DIRECTÓRIO INTERNACIONAL
CHAMBERS REPARTE PÓDIO
PRINCIPAL POR TRÊS SOCIEDADES

“Evasão fiscal é um negócio cada vez menos rentável”

O mundo dos bancos privados e das consultoras que ajudam os clientes a fugir aos impostos está a acabar. João Luís Araújo, especialista em direito fiscal internacional, explica porquê.



ENTREVISTA

JOÃO LUÍS ARAÚJO ASSOCIADO DA TELLES

“A evasão fiscal é um negócio cada vez menos rentável”

O mundo dos bancos privados e das consultoras que ajudam os clientes a fugir aos impostos está a acabar. Multas dissuasoras, riscos reputacionais e a troca de informações que se avizinha estão a ditar mudanças de comportamento, diz João Luís Araújo, especialista em direito fiscal internacional.

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt



Trabalhava na sede mundial HSBC em Londres quando em 2010 o banco se viu envolvido no Swiss-leaks, uma das maiores fugas de informação dos últimos anos. Em 2014, quando um antigo funcionário da PwC roubou 28 mil páginas de acordos assinados entre o Luxemburgo e grandes multinacionais, num processo que ficou conhecido como LuxLeaks, estava na PwC em Londres. Os Panamá

Papers, o mais recente desvio de dados, já o apanharam no Porto, na Telles, onde agora é advogado. Ao longo dos últimos anos, João Luís Araújo, especialista em direito fiscal internacional, acompanhou de perto alguns dos maiores escândalos fiscais da história, esteve envolvido em transações de biliões de dólares, e garante que nunca lhe passaram operações ilegais pelas mãos. Acha que as mexidas que aí vêm são muito poderosas e que serão difíceis de contornar.

Assistimos a sucessivos escândalos parecidos com os Panamá Papers que transmitem a mensagem de que a evasão fiscal se tem feito numa escala industrial. É a sua percepção enquanto advogado?

Convém ter em conta que grande parte desses documentos corresponde a estruturas que havia nos anos 1980 e 1990. Ainda não estava no mercado de trabalho, mas tenho ideia de que nessa altura essas práticas por parte dos bancos e a agres-

sividade das consultoras era maior.

E de então para cá diminuiu?

Na minha carreira, nunca vi essas coisas acontecerem. As pessoas não precisam contratar um consultor fiscal para fazerem evasão. Nós fazemos planeamento a partir da Lei. E mesmo o planeamento fiscal está cada vez mais difícil, porque as empresas estão cada vez mais cientes dos seus riscos reputacionais. Mesmo quando as operações são legais, não querem correr riscos.

“Há algumas pessoas desprevenidas com a troca de informações”



Como em todos os problemas complexos, as pessoas têm tendência para simplificar. (...) Há pequenos centros de especialidade nos offshores, não faz sentido misturar tudo no mesmo saco.

Na consultoria fiscal cada vez mais é preciso fazer as coisas bem feitas.

As coisas não se fazem na mesma, mas mais disfarçadamente?
Acho que este tipo de práticas existia sobretudo dentro de bancos privados, que fomentavam esse mercado. Mas diria que esse mundo está a acabar, então dentro de grandes bancos acabou completamente.

Porquê?
Porque o risco é grande e as multas enormes. A UBS apanhou 900 milhões de dólares de multa

nos EUA. O Credit Suisse, pouco tempo depois, por uma coisa relativamente parecida, já pagou 2,8 mil milhões. O HSBC pagou 1,5 mil milhões por não ter controlos suficientes na lavagem de dinheiro no México e Panamá. O incentivo para mudar de práticas é muito grande.

No Swissleaks e no Panamá Leaks haverá cerca de 900 portugueses envolvidos. O que devemos esperar dos resultados das investigações?

Aí no meio haverá nomes de pessoas que já regularizaram a situação, outras que participaram nos RERT [amnistias fiscais], outros casos serão de estruturas que já estarão fechadas há muito, mas que continuam nas bases de dados da Mossak. O facto de virem agora à tona não significa que estejam irregulares. O que aconteceu no Reino Unido e na Austrália nos últimos escândalos mostra isso mesmo. No Reino Unido havia 500 ingleses nas listas mas no fim só 10 estavam implicados. Na Austrália foi a mesma coisa. Como em todos os problemas complexos as pessoas têm tendência a simplificar as coisas: dizer que é preciso acabar com os offshores para acabar com práticas ilegais é profundamente errado.

Se em tese acabássemos com os offshores não acabaríamos com as práticas menos transparentes?

Não. Um offshore pode ser um país que tem uma taxa de tributação de zero. Isso não é mau em si e não se pode dizer que os negócios que se operam lá são todos ilegais. A política da OCDE não é acabar com os offshores, é assegurar que

eles têm bons controlos na lavagem de dinheiro e são mais transparentes, que trocam informação, que têm registo dos beneficiários efectivos.

Há offshores bons e maus?

Naturalmente. As Ilhas Caymão são reconhecidas como um dos territórios com melhores controlos de lavagem de dinheiro e está lá toda a indústria de 'hedge funds'. Nas Bermudas está toda a indústria de resseguro do mundo. Nas ilhas do Canal estão trusts e actividades financeiras muito específicas e cumprem-se todas as regras. Há pequenos centros de especialidade nos offshores e não faz sentido misturar tudo no mesmo saco. E estou convencido de que a tendência será aprofundar este caminho: veremos mais offshores a abandonar práticas que hoje em dia se consideram menos aceitáveis e a fazer 'rebranding'. A Suíça, por exemplo, já não podendo vender secretismo, está a transformar-se num centro de excelência para gestão de fortunas.

Fala em “práticas que agora se consideram menos aceitáveis”. Já houve um tempo em que elas eram tidas como normais?

Acho que sim, o mundo mudou muito. Há uma mudança profunda nos mecanismos que vêm sendo propostos desde 2008.

O planeamento fiscal é um negócio cada vez menos rentável?

Não, a evasão fiscal é que é um negócio cada vez menos rentável. Na perspectiva de um consultor, que faz planeamento fiscal, cada vez mais é preciso fazer as coisas bem feitas. ■

Esconder património das autoridades fiscais vai ser muito mais difícil e arriscado assim que entre em vigor a troca automática de informações, diz João Luís Araújo. Por cá, o Governo já aprovou as regras.

Vem aí uma troca de informações automática. Vai ser determinante?

Acho que vai. O processo já está tão avançado que é quase inevitável que não aconteça.

Em essa altura onde é que se vai poder esconder o dinheiro?

Assim à partida não estou a ver. Claro que há sempre os 80 países que não aderem à troca de informações, mas tenho muita dificuldade em ver um que seja confiável em termos bancários, cambiais, da facilidade de tirar de lá o dinheiro...

Não haverá onde pôr os sacos azuis?

Quem o queira fazer tem de estar muito mais motivado do que antes, porque vai ser mais complicado e os riscos bem maiores.

Há quem aposte que não demo-



Assim à partida não estou a ver como é possível continuar a esconder dinheiro de forma segura. A legislação está muito bem montada.

rára muito até que os consultores contornem a legislação.

A legislação está muito bem montada. Quando analiso os tipos de produtos, de contas que são reportadas e de entidades que detêm essas contas, não encontro nenhum buraco que possa ser aproveitado. Há outra razão ainda: o cliente está completamente dependente, não da sua interpretação, mas da do banco.

E não haverá bancos que farão de uma interpretação mais las-

sa um modelo de negócio?
Tudo é possível, mas não encontro ainda nenhum, português ou estrangeiro, que me diga que não vai reportar isto ou aquilo. Pelo contrário. Os bancos deixaram de ser amigos dos clientes nesse sentido porque deixou de valer a pena.

Tem visto muita gente apanhada desprevenida com a troca automática, em Portugal?

Tem visto algumas, sim.

Quem só despertou agora para a questão, o que pode fazer?

Terá de servir o caso a caso, as situações são muito distintas.

Transformar sociedades passivas em activas é uma solução?

Há quem esteja a sugerir esse caminho, mas acho que não é fácil, porque há regras a observar, e uma vez mais, depende da classificação do banco. Também se fala na utilização de alguns tipos de trusts, alguns tipos de seguros, mas eu não consigo olhar um cliente nos olhos e garantir-lhe que este ou aquele tipo de estruturas ou de produtos não serão reportados. ■ EM